

ESTUDOS DE CASO PARA A CIÊNCIA POLÍTICA

Flora de Paula Gonçalves Holanda Maia*

Maria Clara de Mendonça Maia†

Resumo: Há muito se discute sobre estudos de caso na área de metodologia. É comum a concepção de que estudo de caso seja incapaz de produzir inferências válidas e confiáveis, bem como de testar hipóteses e de gerar conhecimento generalizável. Vale ressaltar que este artigo é crítico à histórica “guerra” entre abordagens quantitativas e qualitativas. Indo além disso, parte-se do princípio de que a escolha do método deve estar embasada no problema de pesquisa e que, portanto, a pluralidade de questões possíveis se serve da pluralidade de abordagens metodológicas. Dessa forma, argumenta-se que a visão do estudo de caso como um método fraco é simplista. Em defesa desse ponto de vista, é apresentada uma síntese não exaustiva das potencialidades, bem como das fraquezas características do estudo de caso. A introdução situa brevemente a discussão sobre o estudo de caso, a segunda seção traz definições e indica situações de pesquisa propícias à escolha dessa abordagem, a terceira volta-se ao rigor metodológico, a quarta comenta três exemplos de pesquisas em Ciência Política que utilizaram essa abordagem à luz das seções anteriores e, por fim, a quinta coloca potencialidades e limitações dos estudos de caso.

Palavras-chave: estudo de caso; casos cruzados; rigor metodológico; Ciência Política.

Case studies for Political Science

Abstract: There has been much discussion about case studies in the area of methodology. It is a common thought to conceive case studies unable to produce valid and reliable inferences, as well as to test hypotheses and create generalizable knowledge. Considering case studies as usual examples of a qualitative method, it is worth mentioning that this article criticizes the historic “quarrel” between quantitative and qualitative approaches. Furthermore, it is assumed that the choice of the method must be based on the problems brought up in the research itself, so the wide variety of questions brings up the use of the plurality of methodological approaches. Thus, it is argued that the perspective of case studies as a weak method is simplistic. In defense of this point of view, a non-exhaustive synthesis of the potentialities, as well as the characteristic weaknesses of this approach is presented. The introduction briefly situates the discussion of the case study, the second section provides definitions and indicates research situations that leads to choosing this approach, the third one focuses on the methodological rigor, the fourth one comments on three examples of research in Political Science, that used this

* Flora Maia é mestre em Ciência Política, na linha de pesquisa de Estado, Gestão e Políticas Públicas do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Bacharel em Gestão Pública pela mesma instituição. Atualmente, é Chefe de Divisão na Diretoria de Educação e Formação Artística da Secretaria de Formação, Livro e Leitura do Ministério da Cultura.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8457-0988>

† Maria Clara Maia é doutoranda e mestre em Ciência Política, na linha de pesquisa de Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Gestão Pública pela mesma instituição. Atualmente, é Diretora de Políticas Culturais e Participação Social na Prefeitura de Belo Horizonte.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3021-0450>

approach under the light of the previous sections and, finally, the fifth section raises the potential and limitations of the case studies.

Keywords: case study; cross-cases; methodological rigor; Political Science.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a abordagem metodológica dos estudos de caso de forma não exaustiva e o seu uso em pesquisas qualitativas na Ciência Política. Dessa forma, acredita-se contribuir para o suprimento da lacuna de produções acadêmicas em língua portuguesa com este tema (SÁTYRO; D'ALBUQUERQUE, 2020). O intuito é oferecer insumos para uma reflexão introdutória sobre estudos de caso. Através de um apanhado teórico, serão apresentadas as definições, aplicações, limitações e aspectos metodológicos para este método indicados na literatura. Essa síntese é bastante propícia para pesquisadores que querem se aproximar do método pela primeira vez, bem como para aqueles que querem ter acesso a informações sistematizadas sobre potencialidades e fraquezas do mesmo no que diz respeito à construção de conhecimento científico.

As potencialidades dessa abordagem não são unanimidade na teoria sobre metodologia. O clássico King, Keohane e Verba (1994), adiante chamado de KKV, e seu conceito de indeterminação de desenho de pesquisa sugerem que os estudos de caso, em função do seu n reduzido, seriam insuficientes para a construção de inferências válidas. Os autores apontam o aumento do n como necessário na busca por relações causais, que por sua vez, seria o objetivo maior da pesquisa científica. O que se deduz disso é que os autores posicionam o método de estudo de caso fora da produção de conhecimento científico. Outros motivos para a resistência entre os metodologistas ao reduzido n são as considerações de que se trata de: estudo de um único fenômeno, produção de teorias pouco generalizáveis, seleção intencional de casos, subjetividade dos resultados e pouca replicabilidade do método (GERRING, 2009), o que não impediria que potencialidades pudessem existir, por outro lado. Entretanto o ceticismo em relação ao estudo de caso deriva, sobretudo, do entendimento equivocado de um caso como uma única observação (RUESCHMEYER, 2003).

Dessa forma, este texto parte da perspectiva de que a pluralidade de abordagens metodológicas é benéfica para a pluralidade de perguntas de pesquisa possíveis no processo de construção da ciência. Flyvbjerg (2006) defende que

a pesquisa na Ciência Política e, de forma mais ampla, nas ciências sociais, é orientada pelo problema, e não pela abordagem, portanto o método utilizado deve ser aquele que melhor possibilita responder à pergunta de pesquisa. Conforme discutido por Gerring (2009), a incapacidade de as pesquisas quantitativas baseadas em métodos estatísticos responderem às análises de eventos políticos e sociais complexos aponta para a necessidade do uso de abordagens que consigam analisar a complexidade de questões sociais em determinados locais. No mesmo sentido, Rowley (2002) aponta que os estudos de caso podem oferecer percepções que não seriam alcançadas com outras abordagens. Para Yin (2001, p. 20), “como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”.

Além da introdução que ora se lê, o trabalho está organizado em mais quatro seções. A primeira delas traz algumas definições de estudo de caso e de estudos de casos cruzados¹ presentes na literatura e quais são as situações de pesquisa propícias à escolha de cada abordagem. A segunda seção está voltada ao rigor metodológico, entendido aqui basicamente como a construção de inferências válidas e a busca por validade e confiabilidade nos estudos de casos. A terceira seção traz três exemplos de pesquisas que utilizaram essa abordagem comentados à luz das seções anteriores e, por fim, a quarta seção coloca potencialidades e limitações dos estudos de caso.

2 ESTUDOS DE CASO: DEFINIÇÕES E USOS

O enlace teórico pretendido para esta seção encaminha-se para o propósito de compreender o estudo de caso enquanto escolha dentre as várias estratégias de pesquisa existentes, e, desse modo, defini-la e apresentá-la por seus usos e possibilidades.

2.1 *O que são estudos de caso?*

Os estudos de caso são utilizados na medicina e na psicologia há muito tempo, através da análise de casos clínicos, e tornaram-se uma importante abordagem de pesquisa nas ciências humanas e sociais (ECKSTEIN, 2000; VENTURA,

¹ *Cross cases*, na língua inglesa.

2007). A definição de estudo de casos compartilhada entre muitos metodólogos sociais, de forma geral, é a de um estudo de um caso a partir de um cenário e um contexto, com utilização de diferentes fontes de evidências, podendo empregar abordagens qualitativas ou quantitativas (CRESWELL, 2007; SÁTYRO; D'ALBUQUERQUE, 2020; GERRING, 2009; ODELL, 2001; ROWLEY, 2002; YIN, 2001). Cada autor, no entanto, costuma contribuir com diferentes nuances para a definição. Gerring (2009), por exemplo, indica que o que existe entre estudo de caso e de casos cruzados é um *continuum* e trabalhou a definição do primeiro tipo basicamente em relação comparativa ao segundo. Já Creswell (2007) e Stake (2006) classificaram estudos de caso de acordo com variados aspectos. Creswell (2007) define o método como uma análise qualitativa, com coleta pormenorizada de dados com diferentes fontes de informação. As variações dos estudos de casos são decorrentes do tamanho da delimitação do caso, isto é, quantos indivíduos, grupos, programas ou atividades e da intenção do caso, ou seja, se instrumental, coletivo ou intrínseco:

- (1) Instrumental único: a análise é centrada em um problema, e o caso é delimitado para ilustrar o problema;
- (2) Coletivo: a análise é centrada em um problema, e são selecionados vários estudos de caso para exemplificá-lo;
- (3) Intrínseco: quando o caso apresenta uma situação única ou excêntrica, e o foco do estudo será o próprio caso.

Para Gerring (2009), os trabalhos que utilizam abordagens de estudos de casos são métodos qualitativos; com pequeno *n*; com exame abrangente do fenômeno a ser estudado; com coleta de evidências “reais”; que investigam as propriedades das observações; e que podem utilizar diferentes tipos de evidências. Dessa forma,

Um **estudo de caso** pode ser entendido como o estudo intensivo de um único caso com o objetivo de entender uma classe maior de casos (uma população). [...] No ponto em que a ênfase de um estudo muda do caso individual para uma amostra de casos, diremos que é um estudo de caso cruzado. Evidentemente, a distinção entre um estudo de caso e um estudo de caso cruzado é um *continuum* (GERRING, 2009, p. 6, tradução nossa).

Para o autor, a observação é o elemento mais básico da pesquisa empírica, e uma observação pode conter diferentes dimensões, que podem ser mensuradas pelas variáveis. Um caso pode constituir-se em uma única dimensão, entretanto, nos estudos de caso, os casos possuem sempre mais de uma observação. Existem duas maneiras de construir os casos: (1) diacronicamente, ou melhor, observando o caso ao longo do tempo; (2) sincronicamente, estudando em um único momento a variação dentro do caso selecionado (GERRING, 2009).

2.2 Quando utilizar a abordagem de estudos de caso?

A fim de saber qual é o melhor momento de utilizar um estudo de caso, a primeira coisa a se considerar é a necessidade de desfazer-se do ceticismo de que essa abordagem seria incapaz de produzir inferências válidas. Só então começamos a elencar situações e tipos de pesquisa propícios ao uso da abordagem em questão.

Para Gerring (2009), de maneira geral, os estudos de caso são mais adequados para pesquisas exploratórias e não confirmatórias². Para Yin (2001) e Rowley (2002), os estudos de caso podem ser, além de exploratórios, descritivos ou explicativos³, isto é, buscam responder questões de “por que” ou “como” dos fenômenos inseridos em contextos reais. Creswell (2007) aponta que é uma abordagem adequada quando os casos são limitados e identificáveis e permitem uma compreensão profunda daquele(s) caso(s). Para o autor, os principais desafios são identificar o caso ou o conjunto de casos a ser estudado; a seleção do objeto a partir dos possíveis candidatos; a delimitação desse objeto; e a diluição da análise com o aumento do número de casos (CRESWELL, 2007). O Quadro 1 abaixo sintetiza as principais características da abordagem qualitativa dos estudos de caso para Creswell (2007).

² As pesquisas exploratórias e não confirmatórias têm como objetivo obter e sistematizar informações preliminares de um dado tema. Elas podem ser quantitativas ou qualitativas e geralmente servem para a elaboração de pesquisas posteriores que objetivam explicação. Uma pesquisa explicativa pode ter também uma fase exploratória.

³ De forma simples, as pesquisas descritivas buscam responder questões de pesquisa com “o quê”, isto é, fazer uma descrição de um objeto de pesquisa, enquanto as explicativas buscam responder “por que”, ou seja, explicar um fenômeno.

QUADRO 1 Abordagem qualitativa — estudo de caso

Foco	Desenvolvimento de uma descrição e análise aprofundada de um caso ou de vários casos.
Tipo de problema que melhor se enquadra nesse desenho	Fornecer uma compreensão aprofundada de um caso ou casos.
Unidade de análise	Estudar um evento, um programa, uma atividade, mais de um indivíduo.
Forma de coleta de dados	Utilizar várias fontes, como entrevistas, observações, documentos, artefatos.
Estratégia de análise dos dados	Analisar dados através da descrição do caso e temas do caso, bem como temas entre casos.

Fonte: Adaptado de Creswell (2007, p. 78–80).

Em relação às diferenças entre os estudos de caso, Yin (2001) aponta que variam a partir da utilização de caso único ou de casos múltiplos e da utilização de unidades de análise⁴ unitárias ou múltiplas. Os estudos de caso único são apropriados quando o caso é decisivo para testar uma teoria, isto é, quando existe um caso único que atenda a todas as condições necessárias para testar uma determinada teoria e, portanto, analisar se as proposições estão corretas. São adequados ainda quando o caso selecionado representa um caso extremo, raro ou revelador. Em relação às unidades de análise dos casos únicos, quando é analisada somente uma subunidade, o pesquisador deve ter atenção para que o estudo de caso não seja realizado em nível abstrato, sem definição clara dos dados e das medidas. A vantagem observada na adoção de estudo de casos múltiplos é que se consideram suas evidências mais convincentes e robustas. Entretanto os projetos de caso único possuem fundamento lógico que não pode ser aplicado aos casos múltiplos, além de estes últimos necessitarem de maior estrutura de dados, recursos e tempo do pesquisador (YIN, 2001).

⁴ Um caso pode ser entendido como uma unidade maior a partir das quais muitas unidades de análise serão medidas ou “um domínio de análise”; e a unidade de análise é o objeto que permite estudar o caso da melhor forma possível. Destaca-se que variações pequenas de perguntas de pesquisas mudam a unidade de análise. Para ilustrar, vamos pensar na seguinte situação: um estudo sobre a influência de grupos de interesse na aprovação de determinada pauta na casa legislativa. Seria um estudo de 5 estados brasileiros, um de cada região do país, no qual cada estado é um caso. Já as unidades de análise serão os grupos de interesse atuantes no caso.

Em uma perspectiva semelhante, para Gerring (2009), é o número de casos que distingue entre a abordagem de estudo de caso e a de casos cruzados. Para o autor, mais de seis casos seria considerado um estudo de casos cruzados, entretanto esse número não é um consenso na literatura. Essas duas abordagens diferenciam-se também em relação aos objetivos da pesquisa e ao universo empírico. Para os objetivos, é necessário saber se o estudo será orientado para gerar ou testar as hipóteses; se é priorizada a validade interna ou externa; se é priorizada a percepção dos efeitos ou mecanismos causais; e se o escopo da inferência causal é amplo ou se é profundo. Em relação aos fatores empíricos, cabe definir se a população de casos é heterogênea ou homogênea; se a relação causal é forte ou fraca; se os parâmetros raramente variam, isto é, n pequenos, ou comumente variam, n grandes; se são dispersos ou concentrados os dados disponíveis. O Quadro 2 sintetiza as principais diferenças entre as duas abordagens, que auxiliam o pesquisador a escolhê-las:

QUADRO 2 Estudos de caso e casos cruzados: afinidades e diferenças

Objetivos da Pesquisa	Abordagem	
	Estudo de Caso	Casos Cruzados
Hipóteses	Gerar	Testar
Validade	Interna	Externa
Conhecimento Causal	Mecanismos	Efeitos
Escopo da Proposição	Profundo	Amplo
Fatores Empíricos	Estudo de Caso	Casos Cruzados
População de Casos	Heterogêneo	Homogêneo
Força Causal	Forte	Fraco
Varição Útil	Raro	Comum
Disponibilidade dos Dados	Concentrados	Dispersos

Fonte: Adaptado de Gerring (2009, p. 8 e 9).

No mesmo sentido, Odell (2001) e Rowley (2002) defendem que os estudos de caso podem tanto aplicar uma teoria conhecida a um novo caso quanto estabelecer uma nova linha de investigações através da geração de hipóteses. Entretanto, para este último, sugere-se a comparação entre casos selecionados cuidadosamente, para ampliar a robustez dos resultados.

Por fim, para Stake (2006)⁵, os estudos de caso podem ser classificados entre “intrínsecos”, isto é, quando o objetivo está no próprio caso, ou “instrumentais”, quando o interesse da pesquisa é ir além do caso. Dessa forma, as pesquisas de múltiplos casos são instrumentais, em que cada caso será limitado pela relação com o objetivo da pesquisa, contemplando as complexidades e singularidades de cada um.

3 RIGOR METODOLÓGICO NAS ABORDAGENS DE ESTUDOS DE CASO

Qualquer pesquisa, em qualquer área disciplinar, utilizando-se de qualquer método, necessariamente é orientada e legitimada por paradigmas definidos. O rigor metodológico diz respeito à busca por validade e confiabilidade, principalmente no campo da produção científica, em que a escolha das estratégias de articulação das etapas de desenvolvimento da pesquisa necessita atender e adequar-se ao caso investigado e à área de conhecimento. Busca-se, então, a rigor, pautar-se por critérios que, se bem cumpridos, geram credibilidade de resultados por parte da comunidade científica.

3.1 *A construção de inferências válidas*

A obra de KKV defende que o objetivo de um desenho de pesquisa é a extração de inferências válidas sobre a vida social, isto é, as pesquisas sociais necessitam ser capazes de estabelecer relações causais entre as variáveis. Os autores argumentam que, independente dos dados e da metodologia utilizada, a causalidade deve ser central. Para eles, análises com grandes n seriam a forma mais segura de evitar o problema fundamental da inferência causal, porque não há viés de seleção e de variável omitida, assim como o processo de atribuição de valores às variáveis explicativas é independente das variáveis dependentes (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

Assim como KKV, De Vaus (2001) chama a atenção para a produção de inferências válidas, apontando a importância de saber que tipo de evidência é necessária para testar a teoria e descrever o fenômeno no estudo. Para ele, o primeiro passo para a construção de um estudo deve ser ter atenção e clareza na

⁵ Vale ressaltar que Creswell (2007) também utiliza os termos “instrumental” e “intrínseco”, mas dá a eles significados diferentes, como já explicitados anteriormente na página 2.

questão de pesquisa, que vai além de identificar o tema em foco. Em seguida, é necessário desenvolver uma definição nominal que possa ser operacionalizada, para que se façam observáveis e mensuráveis. Dessa forma, as etapas sugeridas para traduzir os conceitos abstratos em questões específicas são: (1) localizar as definições; (2) decidir qual conceito utilizar; (3) delimitar a definição do conceito; (4) definir as suas subdimensões; e (5) estabelecer indicadores. Essas etapas são próximas às sugestões dadas por Adcock e Collier (2001), tratadas mais adiante, para a construção de indicadores de confiabilidade e validade.

De acordo com Rezende (2017), na Ciência Política coexistem diversas formas plausíveis para a produção de inferências causais. Certamente, uma dessas formas é com estudo de caso, como é defendido por autores aqui elencados. De forma geral, conforme apontado por Rezende (2011),

A reflexão sobre os limites e potencialidades dos estudos de caso se volta para discutir “o papel e contribuição das estratégias dos estudos de caso” para a produção de inferências causais numa ciência política intensamente marcada pelo uso intensivo de modelos formais e métodos quantitativos para a produção do conhecimento (REZENDE, 2011, p. 299).

Gerring (2009) defende que estudos de caso bem construídos, ou seja, com rigor metodológico, permitem localizar os efeitos intermediários das relações causais, isto é, permitem ver a interação entre a causa estrutural e o suposto efeito — o mecanismo causal. Além disso, através de um único caso é possível testar implicações causais de uma teoria, gerando evidências que corroborem ou refutem um argumento causal. Rueschemeyer (2003) reforça que, independente do método utilizado na pesquisa, o núcleo teórico será o desenvolvimento e a validação de hipóteses causais explicativas. O autor também afirma que a intenção analítica e a evidência empírica são necessárias nos estudos de casos, que exigem também geração, teste e revisão das proposições explicativas. Para análise de fatores causais, ele recomenda a comparação entre casos, para que seja possível manter os fatores constantes. Entretanto, ao aumentar o número de casos, é necessário que o pesquisador esteja atento à necessidade de man-

ter a familiaridade com a complexidade dos casos. Ressaltamos, aqui, que a comparação entre casos é diferente dos estudos comparativos⁶.

Nesse sentido, Rezende (2011) aponta que os estudos de caso apresentam algumas vantagens para testar teorias em relação aos estudos quantitativos pela possibilidade de utilizarem fenômenos considerados raros ou únicos, o que aumenta a força da predição testada; a possibilidade de compreender como ocorrem os mecanismos causais apontados pelo aporte teórico, de forma mais intensa, bem como a variabilidade e diversificação das causas que produzem o fenômeno. Nissen (1998) endossa a potência de estudos de casos raros ou desviantes, para responder inclusive porque estes diferem dos comuns.

Crasnow (2012) também defende que, através das descrições densas e detalhadas dos estudos de casos, é possível chegar às relações causais buscadas na Ciência Política. O autor aponta que, nas ciências humanas, os estudos experimentais muitas vezes não são possíveis, mesmo nas análises estatísticas, e que, portanto, as evidências observacionais dos estudos de caso desempenham um papel metodológico importante no campo.

Em suma, vários autores concordam que pesquisa com estudo de caso pode criar teoria (ECKSTEIN, 2000; GERRING, 2009; NISSEN, 1998; ODELL, 2001; RUESCHMEYER, 2001; VAN EVERA, 1997), bem como pode testar teorias (FLYVBJERG, 2006; GERRING, 2009; NISSEN, 1998; ODELL, 2001; REZENDE, 2011; RUESCHMEYER, 2001). Nem todos pensam assim, e há sérios questionamentos à capacidade dessa abordagem em produzir inferências válidas. Reconhecidamente, a obra de KKV é um grande contraponto aos que defendem as potências do estudo de caso. Mesmo assim, eles chegam a sugerir uma estratégia para aumentar o número de observações dentro do caso: observá-lo ao longo do tempo (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). O principal contra-argumento à crítica do KKV foi colocado por Collier, Brady e Seawright (2004) ao dizerem que essa visão é equivocada, pois adota erroneamente a perspectiva experimentalista e quantitativista para pautar o estudo de caso.

⁶ D’Albuquerque e Satyro (2020, p. 5) esclarecem que “o método comparativo diz respeito ao uso de comparações entre certo número de casos a fim de inferir sobre algum fator comum a eles, enquanto o método qualitativo consiste em uma estratégia de coleta e análise de dados que pode ser empreendida em diferentes desenhos de pesquisa. [...] Já os estudos de caso envolvem a ideia de examinar um único caso internamente”.

Além da crítica direta à KKV (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2004), outros autores trouxeram pontos de vista que abrem espaço para o reconhecimento da potência dos diferentes tipos de estudo de caso em produzir inferências válidas, testar e criar teoria. De Vaus (2001), por exemplo, traz contribuições às abordagens de pesquisa em geral e chama a atenção para a importância da clareza da questão de pesquisa para o que irá se seguir: conceitos, definições, subdimensões e estabelecimento de indicadores. Já Rueschmeyer (2003) e Gerring (2009) parecem discordar em um ponto específico, qual seja: o primeiro dá preferência à comparação de casos para a inferência de causalidade, e o segundo diz que o estudo de um único caso tem potencial de inferências causais fortes mais do que o estudo de casos cruzados.

3.2 *Pensando a validade e a confiabilidade*

De forma geral, a produção de inferências válidas está intrinsecamente relacionada às ideias de validade, em suas diversas dimensões, e de confiabilidade. A ideia geral de validade de mensuração de indicadores relaciona-se com a capacidade de medir corretamente o que se quer medir e de oferecer conclusões não ambíguas (DE VAUS, 2001). A validade interna diz respeito à consistência da teoria e sua relação com os dados, isto é, ter certeza que a costura entre teoria e dados está correta. Mas existe também a validade externa, cuja ideia mais popular é a capacidade de generalização, ou seja, a possibilidade de aplicar o que foi feito em outros estudos. Já a construção da confiabilidade, no geral, diz respeito à possibilidade de obter a mesma leitura dos resultados quantas vezes for repetida e em diferentes ocasiões, a partir da metodologia de coleta das informações (KING; KEOHANE; VERBA, 1994; DE VAUS, 2001), com resultados independentes das circunstâncias acidentais de pesquisa (KIRK; MILLER, 1989). Assim como a definição de estudo de caso, explicitamos aqui definições mais gerais. Em seguida, falamos de diversas nuances sobre validade e confiabilidade.

Uma visão bastante pragmática quanto à validade de mensuração de indicadores é a de Adcock e Collier (2001), para os quais a escolha e sistematização dos conceitos centrais para a pesquisa é o ponto inicial da construção de validade de medição, o que possibilita, inclusive, a avaliação adequada dessa validade. Portanto validade de medição é a relação entre o conceito sistematizado, os indicadores e as pontuações. Os estudos de casos cruzados precisam

de mais cuidado nesse aspecto devido às especificidades contextuais de cada caso estudado em conjunto. Dessa forma, faz-se necessário adaptar a operacionalização dos conceitos, utilizando indicadores específicos, sensíveis a cada contexto, e utilizando indicadores comuns, estabelecendo alguma equivalência entre eles.

Algumas maneiras de aumentar a validade de mensuração na pesquisa são: i) considerar hipóteses rivais e procurar evidências que desaprovem a teoria (RUESCHMEYER, 2003); ii) construir um bom conceito sistematizado, a partir de onde derivarão os indicadores e as pontuações da medição (ADCOCK; COLLIER, 2001); e iii) submeter a(s) hipótese(s) a testes distintos (KIRK; MILLER, 1989). De Vaus (2001) sugere maneiras de acessar a validade das medidas, como avaliar de que maneira as medidas tocam os aspectos do conceito definido e verificar se os resultados obtidos com as medidas estão adequados para a teoria. Quanto à validade externa, Gerring (2009) argumenta que casos cruzados podem ser úteis para aumentá-la, enquanto o estudo de caso é mais adequado para obter validade interna.

Pensar em diferentes dimensões da validade pode ajudar a entender lacunas nas pesquisas, pois muitas vezes tem-se uma dimensão da validade mais sólida que outra. Nesse sentido, Yin (2001) reforça a defesa da validade e da confiabilidade para a qualidade das pesquisas. Utiliza quatro conceitos: validade do constructo; validade interna (para estudos causais ou explanatórios); validade externa; e confiabilidade, conforme apresentados:

- Validade do constructo: estabelecer medidas operacionais corretas para os conceitos que estão sob estudo.
- Validade interna (apenas para estudos explanatórios ou causais, e não para estudos descritivos ou exploratórios): estabelecer uma relação causal, por meio da qual são mostradas certas condições que levem a outras condições, como diferenciada de relações espúrias.
- Validade externa: estabelecer o domínio ao qual as descobertas de um estudo podem ser generalizadas.
- Confiabilidade: demonstrar que as operações de um estudo — como os procedimentos de coleta de dados — podem ser repetidas, apresentando os mesmos resultados (YIN, 2001, p. 56).

QUADRO 3 Táticas do estudo de caso para quatro testes de projeto

Testes	Tática do Estudo de Caso	Fase da Pesquisa
Validade do Constructo	Utiliza fontes múltiplas de EvidênciasEstabelece encadeamento de evidênciasO rascunho do relatório estudo de caso é revisado por informantes-chave	Coleta de DadosColeta de DadosComposição
Validade Interna	Faz adequação ao padrãoFaz construção da explanaçãoFaz análise de séries temporais	Análise de DadosAnálise de DadosAnálise de Dados
Validade Externa	Utiliza lógica de replicação em estudos de caso múltiplos	Projeto de Pesquisa
Confiabilidade	Utiliza protocolo de estudo de casoDesenvolve banco de dados para o estudo de caso	Coleta de DadosColeta de Dados

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados de COSMOS Corporation (*apud* YIN, 2001, p. 55).

Além do cuidado em medir o que se quer medir e da capacidade de generalização, uma pesquisa deve ancorar-se na construção de confiabilidade. Este é um atributo central para que um estudo seja replicado e eventualmente falseado. Kirk e Miller (1989) chamam atenção para a peculiaridade da pesquisa qualitativa como uma tradição que depende de observar as pessoas, nos territórios, em seus próprios termos. Por isso mesmo, deve-se relatar a coleta de dados na construção da ciência de forma acessível, para que seja pública (KIRK; MILLER, 1989; KING; KEOHANE; VERBA, 1994). A partir disso, a objetividade das pesquisas qualitativas relaciona-se com a validade e a confiabilidade das observações. A confiabilidade relaciona-se com a extensão dos procedimentos de medição, que permitem produzir as mesmas respostas, de forma independente de quando e como for executado. Isto é, a ciência precisa ser relatada de forma acessível e pública, e os resultados precisam ser independentes das circunstâncias acidentais de pesquisa. A validade está relacionada com a medida com que as respostas obtidas estão corretas, isto é, se os resultados relatados foram medidos de forma justificada pela teoria mobilizada, portanto o grau em que os resultados foram interpretados corretamente.

Os autores enfatizam que é possível obter confiabilidade sem validade. Entretanto, a validade perfeita exige a confiabilidade perfeita. Dessa forma, buscar a validade das observações é ter certeza que as medidas têm valor e que os

fenômenos foram rotulados corretamente. De forma geral, os erros de validade estão relacionados com a forma como a pergunta de pesquisa foi formulada. Quando as hipóteses desenvolvidas para responder à pergunta passam por diferentes testes, a pesquisa possui um grau maior de validade, sobretudo se comparado por um único método de testagem. Então as conclusões dos estudos dependem das avaliações de validade e confiabilidade das observações. Em suma, a objetividade das pesquisas qualitativas relaciona-se com a validade e a confiabilidade das observações, que devem sustentar as mesmas respostas, independentemente de quando e como forem executadas (KIRK; MILLER, 1989).

4 ESTUDOS DE CASO NA CIÊNCIA POLÍTICA

Eckstein (2000) aponta que, na Ciência Política, os estudos de caso variam dos níveis micro ao macro dos fenômenos políticos. Como exemplo, aponta estudos de lideranças políticas históricas e de pequenos grupos de liderança até estudos de caso de Estados-nação e de fenômenos transnacionais. A fim de ilustração de estudos de caso, bem como dos motivos pelos quais foram escolhidos e dos seus possíveis alcances, trazemos três exemplos de pesquisas que utilizaram essa abordagem para casos brasileiros. Tratam-se de artigos publicados em revistas de Ciência Política brasileiras, classificadas com Qualis A1 e A2, respectivamente, para exemplificar estudo de caso único e estudos de casos cruzados.

4.1 *Exemplo de estudo de caso único*

Este primeiro exemplo nos dá ideia da potência de estudo de caso para explorar novas nuances de um cenário. Os autores Santos Junior e Albuquerque (2020) publicaram recentemente o artigo intitulado “PSOL *versus* PSOL: facções, partidos e mídias sociais”. O estudo usa a teoria sobre comunicação política, colocando em foco a importância do papel que as facções desempenham dentro de um partido nas dinâmicas partidárias (questão pouco abordada no campo). O propósito é discutir os desafios que as mídias sociais apresentam às relações intrapartidárias e à capacidade das lideranças do partido de definir um discurso majoritário em momentos estratégicos (SANTOS JUNIOR; ALBUQUERQUE, 2020).

O contexto era o das eleições municipais do Rio de Janeiro de 2016, quando três pré-candidatos, dos partidos Rede Sustentabilidade (Rede), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tentaram formar uma chapa única representante da esquerda. Apesar do posicionamento formal do PSOL, uma facção do interior do partido, Corrente Socialista dos Trabalhadores, opôs-se à chapa única. A Corrente publicou um manifesto em redes sociais que gerou intenso debate interno no partido, dificultando a formação estratégica de um discurso partidário coeso (SANTOS JUNIOR; ALBUQUERQUE, 2020).

A escolha do caso foi dada tanto pelo evento histórico em 2016 quanto pela peculiaridade do PSOL, que reconhece e legitima a existência das facções intrapartidárias e que dispõe intensivamente do uso das mídias sociais como recurso de comunicação política (SANTOS JUNIOR; ALBUQUERQUE, 2020). A escolha por casos peculiares tem potencial de observar porque e como ele se distingue dos comuns (NISSEN, 1998) e podem ser reveladores de dimensões ainda não observadas dentro do campo teórico de pesquisa (YIN, 2001).

A pergunta era “como as facções partidárias comunicam posições de dissenso interno nas mídias sociais?”. Os métodos de análise utilizados foram análise de redes sociais para identificar as conexões inter e intrapartidárias e análise de conteúdo de 44 postagens de posicionamento diante da chapa única proposta. A partir da análise das evidências coletadas, os autores puderam observar que o uso das mídias sociais: mudaram a lógica da campanha eleitoral, se comparada àquela utilizada na propaganda eleitoral tradicional em rádio e televisão; permitiram que as facções tivessem mais um espaço de expressão que tangencia os espaços formais partidários; geraram uma personalização da comunicação política, chamando atenção para o uso dessas mídias por lideranças do partido.

Desta pesquisa destacamos o valor de atualizar áreas de pesquisa antigas da Ciência Política. Os autores trazem evidências sobre como o uso das redes sociais pode afetar as relações intra e interpartidárias (SANTOS JUNIOR; ALBUQUERQUE, 2020).

4.2 *Exemplo de estudo de caso*

O exemplo da pesquisa de Abrucio e Filippim (2010), no trabalho intitulado “Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do governo estadual na

experiência catarinense”, é interessante aqui, pois não tem como proposição a inferência de relações causais, e sim análise e descrição do caso — funções também essenciais na produção de conhecimento e primordiais para a construção de uma boa explicação causal posterior. Nesse artigo, os autores têm como objetivo estudar o caso de descentralização governamental catarinense aportados na teoria de federalismo e descentralização. Esta teoria formula, de maneira hegemônica, que a descentralização gera distribuição de poder, entretanto o caso catarinense é um caso extremo, pois, ao invés de distribuir poder, continuou concentrando poder no governo estadual (ABRUCIO; FILIPPIM, 2010), conclusão essa estruturada ao final do texto.

O caso é caracterizado por dois movimentos, um primeiro, surgido da sociedade civil na década de 60, com redes de articulação que congregavam entidades públicas e privadas para a promoção do desenvolvimento regional, e um segundo, surgido do governo estadual, com o intuito de descentralização governamental, também para desenvolvimento regional. As questões que guiaram a pesquisa foram: i) se o movimento do governo estadual consiste realmente em descentralização, gerando distribuição de poder, ou se consiste em desconcentração administrativa, desconsiderando as redes de articulação construídas pela sociedade civil desde os anos 60; e ii) o conflito entre esses dois movimentos (ABRUCIO; FILIPPIM, 2010).

A partir dos dados levantados com técnicas diferentes (CRESWELL, 2007), pôde-se descrever o conflito entre os dois movimentos e ter parâmetros para concluir se houve descentralização ou desconcentração, de acordo com as teorias utilizadas. Então puderam chegar à conclusão de que, diferente do que propõe formalmente o programa de descentralização realizado pelo governo, o mesmo somente chega a desconcentrar a administração.

4.3 *Exemplo de estudo de casos cruzados*

O trabalho de Rocha, Rostagnol e Gutiérrez (2009), intitulado “Aborto y Parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay y Argentina”, possui como tema geral de pesquisa o aborto inseguro na América Latina. A partir da teoria mobilizada, a hipótese central do artigo é a de que a redemocratização no Brasil, no Uruguai e na Argentina representou um fator fundamental para tornar a questão do aborto mais visível, criando condições para a ampliação

do debate, para discussões no Parlamento e no Poder Judicial. Para testar a hipótese desenvolvida pela teoria, realizam um estudo de casos cruzados, a partir dos casos do Brasil, da Argentina e do Uruguai, utilizando fontes de dados primárias e secundárias.

Em um primeiro momento, as autoras constroem um estudo de caso de cada país para, posteriormente, estabelecerem o estudo comparativo entre os três casos e confirmam a hipótese de que a redemocratização nos três países foi um fator fundamental para tornar mais visível a questão do aborto.

A abordagem utilizada é adequada para os objetivos da pesquisa. Conforme sugerido por Gerring (2009), para estudos de caso cruzado, realmente o objetivo do artigo em questão é testar hipóteses; há possibilidade de aplicar o resultado para uma população mais ampla; há certa homogeneidade entre os casos que permite grau de comparabilidade entre as unidades; há variação temporal dos parâmetros nos três casos e disponibilidade da coleta dos dados, porque utilizam dados públicos; há variação entre os casos e dentro dos casos, em relação ao debate no legislativo, que também é necessário para estabelecer relações causais. A abordagem permitiu uma descrição e compreensão aprofundada do fenômeno, com unidades de análise bem definidas para os três casos, e a coleta de dados utiliza diferentes fontes de dados, conforme apontado por Creswell (2007). O estudo tem confiabilidade, porque apresenta de forma clara os procedimentos utilizados para chegar no resultado. A pesquisa tem também validade, visto que consegue responder o que se propôs e os resultados são conclusões não ambíguas, conforme critérios apontados por De Vaus (2001). Com efeito, o desenho de pesquisa estabelecido permitiu apresentar os resultados para testar a hipótese. Além disso, existem implicações de equivalência dos contextos estabelecidos entre os casos que ajudam a assegurar a validade em pesquisas de cross-case.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande potência de um estudo de caso, se comparado a outras abordagens de pesquisa, é que, através de uma análise espessa (COLLIER; BRADY; SEAWRIGHT, 2004), pode descrever ou explicar casos complexos (CRESSWELL, 2007; GERRING, 2009), necessidade que se adequa muito aos estudos de complexidades dos desenvolvimentos históricos (RUESCHMEYER, 2003). Neste

último caso, especificamente, uma sequência de desenvolvimento histórico pode levantar observações que, por sua vez, podem refutar parcialmente ou indicar novas proposições teóricas (RUESCHMEYER, 2003), além da capacidade de estudar com profundidade um caso e, por isso mesmo, o estudo de caso possibilita que se tenha forte validade interna e que se possa desenvolver grande número de hipóteses e respectivos testes (se relacionado aos estudos com n grande) (GERRING, 2009). Em suma, seguem as cinco potencialidades principais dos estudos de caso, de acordo com Odell (2001): (1) a possibilidade de gerar teoria válida, através de um contato mais detalhado e abrangente do caso, estimulando o desenvolvimento de novos conceitos, tipologias e hipóteses; (2) são abordagens excelentes para documentar processos; (3) permitem construir uma base empírica forte para desenvolver hipóteses dos casos estudados; (4) preserva e relata mais informações sobre aquele caso do que um estudo estatístico cobrindo o mesmo caso; (5) transmite uma compreensão mais completa da instância estudada, com evidências e raciocínios mais ricos sobre o processo e o contexto, o que é especialmente valioso para eventos-chave marcantes.

Apesar das potencialidades, a capacidade que o estudo de caso tem de refutar parcialmente uma hipótese já demonstra uma limitação diante de outras abordagens. A limitação de que seja muito improvável rejeitar ou provar totalmente as hipóteses a partir de um único caso. A ênfase dada por KKV às teorias gerais, que comprovem completamente uma hipótese, é encarada como uma grande limitação que parece ser menor diante das obras anteriormente citadas. Isso nos leva a destacar a limitação do estudo de caso diante da validade externa, mas não da validade interna. O estudo de casos cruzados avançaria no sentido da validade externa, podendo ser mais representativo do que o estudo de um único caso, entretanto tem o trade-off de que, quanto maior o número de casos, menos profundo você poderá percebê-lo (GERRING, 2009). Por outro lado, deve-se ter cuidado e buscar estabelecer equivalência entre os contextos cruzados para que não ameace a validade de medição. Por isso, é necessário a adaptação e operacionalização dos conceitos aos contextos (ADCOCK; COLLIER, 2001).

Por fim, conforme discutido ao longo do trabalho, ressaltamos as potencialidades dos estudos de caso para pesquisas em Ciência Política, que permitam o estudo aprofundado de um ou mais fenômenos e o entendimento da complexidade dos eventos sociais e políticos, considerando as possibilidades da

abordagem para a produção de inferências válidas apresentadas, que atenda aos requisitos metodológicos de validade e confiabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; FILIPPIM, Eliane Salete. Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do governo estadual na experiência catarinense. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 2, art. 2, p. 212–228, 2010. Disponível em: [⟨https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/737⟩](https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/737). Acesso em: 10 out. 2022.
- ADCOCK, Robert; COLLIER, David. Measurement validity: a shared standard for qualitative and quantitative research. *American Political Science Review*, v. 95, n. 3, p. 529–546, 2001.
- COLLIER, David; BRADY, Henry; SEAWRIGHT, Jason. Sources of leverage in causal inference: toward an alternative view of methodology. In: BRADY, Henry; COLLIER, David. *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. Lanham (MD): Rowman and Littlefield, 2004.[online]
- CRASNOW, Sharon. The role of case study research in Political Science: evidence for causal claims. *Philosophy of Science*, v. 79, n. 5, p. 655–666, 2012. Disponível em: [⟨https://www.jstor.org/stable/10.1086/667869?seq=1⟩](https://www.jstor.org/stable/10.1086/667869?seq=1). Acesso em: 5 out. 2022.
- DE VAUS, David (ed.). *Research design in social research*. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, 2001.
- CRESWELL, John. *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, 2007.
- ECKSTEIN, Harry. Case study and theory in Political Science. In: GOMM, Roger; HAMMERSLEY, Martyn; FOSTER, Peter. *Case study method*. London: Sage Publications, 2000.
- FLYVBJERG, Bent. Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, v. 2, n. 2, p. 216–245, 2006. Disponível em: [⟨https://arxiv.org/pdf/1304.1186⟩](https://arxiv.org/pdf/1304.1186). Acesso em: 18 out. 2022.

- GERRING, John. The case study: what it is and what It does. In: BOIX, Carles; STOKES, Suzan C. *The oxford handbook of comparative politics*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182875/mod_resource/content/2/Gary%20King%2C%20Robert%20O.%20Keohane%2C%20Sidney%20Verba%20Designing%20Social%20Inquiry%20%201994.pdf). Acesso em: 11 out. 2022.
- KIRK, Jerome; MILLER, Marc. *Reliability and validity in qualitative research*. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, 1989. Disponível em: https://www.academia.edu/10704951/Reliability_and_Validity_in_Qualitative_Research). Acesso em: 21 out. 2022.
- NISSEN, Sylke. The case of case study: on the methodological discussion in comparative political science. *Quality and Quantity*, v. 32, p. 339–418, 1998.
- ODELL, John S. Case study methods in international political economy. *International Studies Perspectives*, v. 2, n. 2, p. 161–176, 2001. Disponível em: <https://academic.oup.com/isp/article/2/2/161/1815937?login=true>). Acesso em: 10 out. 2022.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 297–337, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a12.pdf>). Acesso em: 29 out. 2022.
- REZENDE, Flávio da Cunha. O Pluralismo inferencial na Ciência Política pós-KKV (2005–2015): argumento e evidências. *Revista Política Hoje*, v. 26, n. 1, p. 241–277, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/12839>). Acesso em: 10 out. 2022.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar da; ROSTAGNOL, Susana; GUTIERREZ, María Alicia. Aborto y Parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay

- y Argentina. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.26, n.2, p. 219–236, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982009000200005&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 2 out. 2022.
- ROWLEY, Jennifer. Using case studies in research. *Management Research News*, v. 25, n. 1, p. 16–27, 2002.
- RUESCHEMEYER, Dietrich. Can one or a few cases yield theoretical gains?. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. *Comparative historical analysis in the social sciences*. New York; Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos; ALBUQUERQUE, Afonso de. PSOL versus PSOL: facções, partidos e mídias digitais. *Revista Opinião Pública*, v. 26, n. 1, p. 98–126, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8659538>. Acesso em: 30 out. 2022.
- SÁTYRO, Natália; D'ALBUQUERQUE, Raquel. O que é um Estudo de Casos e quais são suas potencialidades. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/download/55631/34815/>. Acesso em: 15 set. 2022.
- STAKE, Robert E. *Multiple case study analysis*. New York: Guilford Press, 2006.
- VAN EVERA, Stephen. Hypotheses, laws and theories: a user's guide. In: VAN EVERA, Stephen. *Guide to methods for students of political science*. London: Cornell University Press, 1997. [online]
- VENTURA, Magda Maria. The case study as a research mode. *Revista da SOCERJ*, v. 20, n. 5, p. 383–386, 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.